



EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO 03SRP COM ITEMEXCLUSIVO PARA MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADASE ITENS NÃO EXCLUSIVOSNº 03/2022

INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2022

Processo Administrativo n.º2864/2021

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Município de São Gonçalo, por intermédio da **Fundação Municipal de Saúde**, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo **menor preço por item**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, do Decreto Municipal nº 093, de 15 de março de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas atualizações, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, da Lei Municipal nº 357/2011, a Instrução Normativa SEGES/MPDG n. 03/2018, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Decreto Municipal nº 057/2009 de 11 de março de 2009 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 08/04/2022

Horário: 10h00minh

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a futura e eventual aquisição de Aquisição de Fórmula Infantil, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. O órgão gerenciador será a Fundação Municipal de Saúde

2.2. Não existem outros órgãos participantes nesta licitação.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no site www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.



3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

3.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 A ata de registro de preços, durante sua validade, com propósito de estimular e incentivar fomento de competidores para o certame o qual deflui em persecução a proposta mais vantajosa, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto Municipal nº 057, de 2009.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.3. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, na forma do Art. 8º, § 3º do Decreto Municipal nº 057/2009 e na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

4.4. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.



4.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.5.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

5 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

5.1 Poderão participar desta licitação os interessados que atendam a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos, cuja finalidade social abranja o objeto deste certame, sendo que para os **Itens Exclusivos** correspondentes aos itens com valores máximos estimados de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), destinados **exclusivamente** a participação de **MEI/ME/EPP e Equiparadas que são os itens: 3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24 e 25**, conforme dispõe a Lei Complementar nº. 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº. 147/2014 e, para os **itens NÃO EXCLUSIVOS correspondentes aos itens com valores estimados acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) que são os itens: 1,2,14,30 e 31** todos identificados na Proposta Comercial – Anexo III do Edital, destinados a participação tanto de **MEI/ME/EPP e Equiparadas** como também de quaisquer empresas especializadas no ramo, legalmente constituídas e que atendam a todas as exigências estabelecidas neste Edital e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018.

5.1.1 Na hipótese de deserção ou fracasso dos itens destinados à participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas na forma do item anterior, será realizada a republicação do edital, com ampla participação, sem exclusividade para os respectivos itens, o que será precedido de competente justificativa e autorização pelas autoridades competentes.

5.2 Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.2.2 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.2.3 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

5.2.4. empresas que se encontrem sob o regime falimentar **As empresas em recuperação judicial que tenham seu plano de recuperação aprovado pelo juízo competente poderão participar do certame;**

5.2.5. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

5.3. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:



5.3.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

5.3.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

5.3.3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.3.4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

5.3.5. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

5.4. Para fins de deste Edital, entende-se por Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte aptas a participar do presente certame aquelas definidas no Artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06 e que não se enquadram em nenhuma das situações previstas no § 4º deste mesmo Artigo 3º da Lei Complementar 123/06.

5.4.1. Entende-se por Microempreendedores Individuais aptos a participar do presente certame aqueles definidos na Lei Complementar 128/08.

5.4.2. Os Microempreendedores Individuais, as Microempresas e as Empresas de Pequenos Porte doravante serão designadas respectivamente por MEI/ME/EPP.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital e seus anexos, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital e seus anexos, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;



6.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.8. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

6.9. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Valor unitário e total do item ou percentual de desconto;

7.1.2. Marca;

7.1.3. Fabricante;

7.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

7.1.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.1.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.1.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.1.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.1.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado e da União, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A aceitação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito nas fases subsequentes.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item, limitado a quatro casas decimais.

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 01 (um) centavo.

8.8.1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

8.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



- 8.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 8.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 8.14. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;
- 8.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.19. O Critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 8.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 8.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



8.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.26. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

8.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

8.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

8.28.1. No país;

8.28.2. Por empresas brasileiras;

8.28.3. Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;

8.28.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.29. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.31. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.32. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 24(vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação



realizada, acompanhada, se for o caso, dos anexos e documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.33. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto Municipal n.º 093/2021.

9.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

9.4 **A proposta de preço contendo as especificações detalhadas dos itens ofertados, com o valor atualizado da licitante detentora da melhor oferta, acompanhado com manuais/folders/encartes de cada item que compõe o grupo vencedor, se for o caso; proposta vencedora, DEVERÁ ser enviada ELETRONICAMENTE, NO PRAZO DE 24 (vinte e quatro) horas contando da solicitação do Pregoeiro, por meio da opção “ENVIAR ANEXO” do Portal Comprasnet, em arquivo único (conforme IN nº03/2018 MPOG art. 21, §6º).**

9.4.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

9.5 Caso a Licitante não logre êxito em enviar eletronicamente ou equivocar-se no envio do arquivo através do sítio oficial (COMPRASNET), deverá oficializar a solicitação ao Pregoeiro da reabertura do prazo remanescente no sistema, através de e-mail: cplsaude@gmail.com contendo o “*printscreen*” da tela e aviso por telefone **(21)31955198, Ramal:1083**. Tal solicitação não será garantia da reabertura de prazo após a análise do Pregoeiro.

9.6 Caso o sítio oficial (COMPRASNET) esteja indisponível, deverá registrar através da Plataforma de Atendimento disponível no Portal de Compras Governamentais (<http://portaldeservicos.planejamento.gov.br> ou 0800-978-9001) um acionamento do ocorrido,



remetendo o protocolo através de e-mail: cplsaudesg@gmail.com e aviso por telefone **(21)31955198, Ramal:1083** ao Pregoeiro para reabertura do prazo remanescente no sistema. Após análise do Pregoeiro em consulta ao SERPRO, tal solicitação não será garantia da reabertura de prazo.

9.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.8 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.9 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.10. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.11. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.12. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.13. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10.DA HABILITAÇÃO

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.1.1. SICAF;

10.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

10.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).



10.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:7263467310545:::P3_TIPO_RELACAO:I_NIDONEO);

10.1.5. Lista de Empresas Sancionadas, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE/RJ (<https://www.tce.rj.gov.br/empresas-sancionadas>);

10.1.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.7. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.1.8. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.1.9. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.1.10. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.1.11. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

10.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

10.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.



10.2.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de inabilitação.

10.2.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.2.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.2.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.2.8. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.2.9. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

10.2.10. Ressalvado o disposto no item 5.2, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10.3. Habilitação jurídica:

10.3.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.3.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.3.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.3.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

10.3.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;



10.3.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

10.3.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, conforme determina Artigo 1.134 do Código Civil Brasileiro.

10.3.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.4. Regularidade fiscal e trabalhista:

10.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.4.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.4.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.4.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.4.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa de Débitos e da Certidão Negativa de Dívida Ativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa;

10.4.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de Débitos e da Certidão Negativa de Dívida Ativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

10.4.7. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.4.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.4.9. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos federais, estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição



mediante declaração das respectivas Fazendas do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.4.10. Os documentos constantes nos subitens **10.4.4, 10.4.5, 10.4.6, 10.4.7 e 10.4.8** deverão ter validade na data estipulada no preâmbulo para envio da proposta.

10.5. Qualificação Econômico-Financeira.

10.5.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

10.5.2. A sede da licitante onde a Comarca já esteja em funcionamento o Processo Judicial Eletrônico-PJe, a Certidão de falência ou recuperação judicial deverá ser requerida diretamente ao Tribunal de Justiça do Estado-TJe.

10.5.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

10.5.4. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

10.5.5. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

10.5.6. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

10.5.7. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

10.5.8. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$



LC = Ativo Circulante
Passivo Circulante

10.5.9. caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte, ou sociedade cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.5.10. As certidões descritas no item **10.5.1** que não possuam prazo de validade expresse deverão ter sido expedidas há menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta.

10.6. Qualificação Técnica

10.6.1. Os Produtos a serem apresentados pela empresa vencedora deverão ter Certificado ANVISA ou cópia autenticada de tópico do Diário Oficial da União que publicou o Registro;

10.6.2. Comprovação de que o licitante forneceu, sem restrição, Insumo igual ou semelhante ao indicado na Requisição de Registro de Preços. A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 01 (um) atestado, devidamente assinado, carimbado e em papel timbrado da empresa ou órgão comprador, compatível com o objeto da licitação.

10.6.3. Autorização de funcionamento (AFE), comum e/ou específica, emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

10.6.4. Licença de Funcionamento, expedida pelo Órgão Sanitário da respectiva Unidade da Federação, conforme os art. 1º e 2º da Lei Federal 6.360/76 e o art. 2º do Decreto nº 8.077 de 14 de agosto de 2013;

10.6.5. Em caso da Licença Sanitária vencida, a licitante deverá apresentar cópia autenticada e legível da solicitação (protocolo de revalidação, dentro do prazo estabelecido em lei acompanhada da cópia autenticada da Licença Sanitária vencida. A não apresentação implicará na desclassificação da licitante (art 22, § 1º e 2º do decreto 74.170/74.

10.6.6. Certificado de regularidade da empresa, expedido pelo Conselho Regional de Nutrição.

10.6.7. Comprovação de habilitação legal do responsável técnico pela empresa, através de Certificado de regularidade expedido pelo Conselho Regional de Nutrição.

10.6.8. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de



contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

10.7. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.8. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.9. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.9.1. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.10. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.11. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.12. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.13. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

10.14. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

10.15. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.



- 10.16. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 10.17. Em caso de anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, deverá ser comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente, sob pena de inabilitação.
- 10.18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11. DA AMOSTRA

- 11.1. O licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá, apresentar catálogo, protótipo dos produtos licitados, após 05(cinco) dias úteis do encerramento da sessão de lances, no Almoxarifado Central, localizado à Rua Doutor Francisco Portela, n.º 2.421, Parada 40 – São Gonçalo/RJ, entre 10:00 e 16:00 horas, para a verificação da compatibilidade com as especificações deste Termo de Referência e consequente aceitação da proposta.
- 11.2. Caso o(s) catálogo(s) não seja(m) suficiente(s) para confirmar que o(s) produto(s) apresentado(s) corresponde(m) ao(s) àquele(s) do certame, deve ser solicitada 01 (uma) amostra do item para análise.
- 11.3. A Equipe técnica tem o prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da entrega, para análise do catálogo e identificação da necessidade de amostras, após será emitido parecer técnico (aprovando ou reprovando), a ser entregue ao pregoeiro.
- 11.4. As amostras deverão ser entregues embaladas, contendo as seguintes descrições: nome do licitante, número do CNPJ, número da licitação, número do processo, item, lote, data, marca do produto e demais informações cabíveis ao objeto que possam facilitar a avaliação.
- 11.5. A apresentação da amostra poderá ser dispensada quando se tratar de produto oriundo de linha industrial de produção cujo exemplar já tenha sido aprovado em teste anterior realizado pelo Requisitante.

12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 12.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, a contada solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, **conforme os subitens 9.4a 9.7 deste edital**, e deverá:
- 12.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 12.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 12.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.



12.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

12.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

12.5. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

12.6. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

12.7. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

12.8. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12.8.1. A proposta final deverá ser encaminhada com os respectivos manuais, encartes/*folders*, *se for o caso* e demais informações pertinentes ao(s) respectivo(s) lote(s) vencidos no certame.

13.DOS RECURSOS

13.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

13.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias **corridos** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



13.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

15.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

16. DO PREÇO

16.1. Os preços são fixos e irredutíveis.

16.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto Municipal nº 057, de 2009.



17.DO PAGAMENTO

17.1. Os pagamentos serão creditados em conta corrente da titularidade da Contratada, desde que seja instruído com:

- Pedido endereçado ao Ordenador de despesa, onde deverão constar os dados bancários (nome da Instituição Financeira Agencia e Conta Corrente);
- Cópia da nota fiscal, devidamente atestada, verificação da Regularidade Fiscal da CONTRATADA no SICAF ou certidões CNDT, CND e CRF, por meio de consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais, art 29 da Lei 8.666-93, devendo seu resultado ser impresso e juntado ao processo de pagamento;

17.2. Em caso de irregularidade junto ao SICAF, a CONTRATADA será notificada para que sejam sanadas as pendências no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período. Findo este prazo sem que haja a regularização por parte da CONTRATADA perante o SICAF, ou apresentação de defesa aceita pela CONTRATANTE, fatos estes que, isoladamente ou em conjunto, caracterizarão descumprimento de obrigações contratuais, o contrato estará passível de cancelamento e a CONTRATADA sujeita às sanções administrativas previstas neste Edital.

17.3. O pagamento não poderá ser superior ao prazo de 30(trinta) dia, contados a partir da data final do período de adimplemento da respectiva parcela.

- Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/93, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666/93.

17.4. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou Fatura no momento em que o órgão Contratante atestar a execução do objeto do contrato.

17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

17.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.7. Constatando-se, junto à documentação apresentada, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação por escrito para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.



17.8. Previamente à emissão de Nota de Empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta constatada mediante os sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, e/ou proibição de contratar com o Poder Público.

17.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.10. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

17.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto à Prefeitura.

- Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente perante a exigência do instrumento contratual, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

17.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

- A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de forma alguma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, seja calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) = \frac{(6/100)}{100}$$



365

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

18.DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

18.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

18.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

18.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

19.DO TERMO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

19.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

19.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

19.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da data de seu recebimento.



19.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

19.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

19.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

19.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

19.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

19.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses.

19.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

19.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

19.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

20.DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

20.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

21.DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

21.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

22.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.



22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

22.1.1. Não assinar o contrato quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, não aceitar/retirar a nota de empenho dentro do prazo.

22.1.2. Apresentar documentação falsa;

22.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

22.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

22.1.5. Não mantiver a proposta;

22.1.6. Cometer fraude fiscal;

22.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;

22.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

22.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

22.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

22.4.2. Multa de **0,33% (zero vírgula trinta e três por cento)** sobre o valor do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do contratado;

22.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

22.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com o Município de São Gonçalo e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

22.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

22.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

22.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com



despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

22.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

22.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

22.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

22.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade,

22.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

23.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

23.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

23.2. A impugnação será realizada na forma eletrônica, por meio do e-mail pregaoeletronico@pmsg.rj.gov.br.

23.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

23.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.



23.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

23.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

23.9. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

24.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

24.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

24.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

24.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo FMS: 2864/2021
Fls.291

24.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <http://www.comprasgovernamentais.gov.br> e <https://servicos.pmsg.rj.gov.br/licitacao/e> também poderão ser lidos e/ou obtidos na Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos, endereço Rua Feliciano Sodré, nº 100, Centro, SG, nos dias úteis, no horário das 9:00 horas às 16:30 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

24.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Parecer Técnico

ANEXO III – Proposta Comercial

ANEXO IV – Planilha Orçamentária;

ANEXO V – Ata de Registro de Preços;

São Gonçalo, 07 de Fevereiro de 2022.

Deivid Robert de Cresci Campos
Presidente Fundação Municipal de Saúde
Mat: 40.833

ANEXO I



TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO
INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO

1- DO OBJETO

REGISTRO FORMAL DE PREÇOS OBJETIVANDO FUTURA AQUISIÇÃO DE FÓRMULA INFANTIL PARA ATENDER UNIDADES DE SAÚDE - CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS A SEGUIR:

Item	ESPECIFICAÇÃO	Und	Quant. Solicitada	Quant minima por solicitação
IST/ AIDS E HEPATITES VIRAIS				
1.	Fórmula infantil com ferro para lactentes a partir de 6º mês de vida. adicionada de até 4g/l de Prebióticos, DHA e ARA com predominância das Proteínas do soro do leite em relação à Caseína, com lactose e maltodextrino, sem adição de sacarose, com adição de vitaminas, minerais e Oligoelementos. Lata com aproximadamente 800 g. Referência: NanComfor2 ou Aptamil 2	Lata	3.300	275
2.	Fórmula infantil com ferro para lactentes até o 6º mês de vida, para contribuir no tratamento da constipação. Adicionada de prebióticos, nucleotídeos, DHA e ARA com predominância das proteínas do soro do leite em relação à caseína, tendo como fonte de carboidratos 100% lactose, com adição de vitaminas, minerais e oligoelementos. Lata com aproximadamente 400g. Referência: NANCOMFOR 1 ou APTAMIL 1	Lata	5.000	417
LACTÁRIO MUNICIPAL				
3.	Fórmula infantil com ferro para lactentes até o 6º mês de vida, com 100% proteína do soro do leite parcialmente. Hidrolisada, nucleotídeos, DHA e ARA tendo como fonte de carboidratos 100% lactose, com adição de vitaminas, minerais e oligoelementos. Lata com aproximadamente 400g. Referência: NAN SUPREME 1	Lata	500	42
4.	Fórmula infantil para lactentes até o sexto mês de vida, em pó, enriquecida com ferro, contendo lactose e maltodextrina com predominância das proteínas do soro do leite em relação à caseína, contendo no mínimo 90% de gordura vegetal. Adicionada de até 4g/L de prebióticos. Isento de sacarose e glúten. Lata com aproximadamente 400 gramas.	Lata	1.000	83



	Referência: NESTOGENO 1			
5.	Fórmula infantil com ferro para lactentes a partir do 6º mês de vida, com 100% proteína do soro do leite parcialmente. Hidrolisada, nucleotídeos, DHA e ARA tendo como fonte de carboidratos 100% lactose, com adição vitaminas, minerais e oligoelementos. Lata com aproximadamente 800g. Referência: NAN SUPREME 2	Lata	200	17
6.	Fórmula infantil para lactentes a partir do sexto mês de vida, em pó, enriquecida com ferro, contendo lactose e maltodextrina, com predominância de caseína em relação ao a proteína do soro do leite, contendo no mínimo 90% de gordura vegetal. Adicionada de até 4g/L de prebióticos. Isenta de sacarose e glúten. Lata com aproximadamente 400 gramas. Referência: NESTOGENO 2	Lata	1.000	83
7.	Fórmula infantil com ferro para lactentes , para contribuir no tratamento da constipação. Adicionada de até 4g/L de prebióticos, com DHA e ARA, nucleotídeos, com predominância da proteína do soro do leite, contendo lactose, sem adição de sacarose, com adição de vitaminas, minerais e oligoelementos. Lata com aproximadamente 400g. Referência: NANLACCOMFOR de 1 a 3	Lata	200	17
8.	Fórmula infantil constituída de proteínas do soro do leite parcialmente hidrolisadas. Enriquecida com ferro e vitaminas, com predominância de lactose como fonte de carboidrato. Lata com aproximadamente 400g. Referência: NAN H.A. ou APTAMIL H.A	Lata	1.000	83
9.	Fórmula infantil com predominância das proteínas do soro do leite em relação a caseína. Enriquecida com ferro e vitaminas. Que apresente em sua composição lactose e amido como fonte de carboidrato. Lata com aproximadamente 400g. Referência: NAN A.R.ou APTAMIL AR	Lata	200	17
10.	Fórmula Infantil Isenta de lactose, carboidrato 100% maltodextrina, e com soro do leite e caseína como fonte protéica, com DHA e ARA e nucleotídeos, acrescida de vitaminas, minerais e outros oligoelementos. Lata com aproximadamente 400g. Referência: NAN SEM LACTOSE ou APTAMIL SEM LACTOSE.	Lata	300	25
11.	Fórmula infantil para lactentes de 0 a 12 meses, à base de proteína isolada de soja com ferro para	Lata	300	25



	lactentes, enriquecida com L-metionina, como fonte de carboidratos 100% maltodextrina, DHA e ARA, acrescida de vitaminas, minerais e outros oligoelementos. Lata com aproximadamente 400g. Referência: NAN SOY ou ISOMIL			
12.	Fórmula infantil para prematuros e/ou recém-nascidos de baixo peso, com predominância do soro do leite em relação à caseína, enriquecida com ferro, vitaminas, TCM, e LC pufas. Ausência de prebióticos. Lata com aproximadamente 400g. Referência: PRÉ NAN ou ENFAMIL PRÉ	Lata	300	25
13.	Fórmula infantil à base de proteína do soro do leite extensamente hidrolisada (máximo de 80% de peptídeos e mínimo de 20% de aminoácidos livres), com predominância da lactose, presença de DHA/ARA. Isento de sacarose e glúten. Lata com aproximadamente 400g. Referência: ALTHERA ou APTAMIL PEPTI	Lata	200	17
14.	Fórmula infantil a base de 100% aminoácidos livres com lipídeos estruturados e DHA/ARA. Isento de lactose. Lata com aproximadamente 400g. Referência: NEOCATE LCP	Lata	1000	83
15.	Fórmula Infantil nutricionalmente completa, para recém nascidos prematuros e de baixo peso ao nascer, enriquecida com ferro, a base de proteínas lácteas com relação proteínas do soro do leite e caseína 60/40. Presença de LCPUFAs, ômega 6 e ômega 3, isenta de sabor, com densidade calórica de 0,8 Kcal/ml. Lata com aproximadamente 400g. Referência: APTAMIL PRÉ	Lata	300	25
16.	Fórmula infantil nutricionalmente completa para recém nascidos prematuros e de baixo peso ao nascer, para o período pós alta hospitalar. Enriquecido com ferro, a base de proteínas lácteas com relação proteína do soro do leite e caseína 60/40. Adicionada de prebióticos. Presença de LCPUFAs, ômega 6 e ômega 3, isenta de sacarose, em pó, isenta de sabor. Lata com aproximadamente 400g. Referência: APTAMIL PRÉ TRANSITION	Lata	200	17
17.	Cereal infantil com probiótico , contendo como ingrediente: Farinha de arroz, açúcar, farinha de aveia, extrato de malte, carbonato de cálcio, fosfato de sódio, dibásico, premix vitamínico (C, niacina, E, ácido	Lata	80	07



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo FMS: 2864/2021
Fls.295

	<p>pantotenico, A, B1, B6, ácido fólico e D), fumaratoferroso, sulfato de zinco e vanilina e alfa-amilase. Contem gluten.</p> <p>Embalagem: lata de 400 gramas com rotulo com especificações dos valores nutricionais, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.</p> <p>Referência: MUCILON ARROZ E AVEIA</p>			
18.	<p>Cereal infantil com probiótico, contendo farinha pré cozida de varios cereais, a base de farinha de trigo enriquecida, farinha de milho enriquecida e farinha de arroz, contendo carbonato de calcio, vitaminas (C, niacina, E, ácido pantotenico, A, B1, B6, ácido fólico e D), fumarato ferroso, sulfato de zinco. Contem gluten.</p> <p>Embalagem: lata de 400 gramas com rotulo com especificações dos valores nutricionais, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido.</p> <p>Referência: MUCILON MULTI CEREAIS</p>	Lata	150	13
19.	<p>Cereal infantil com probiótico, contendo como ingrediente: Farinha de arroz, açúcar, amido, carbonato de calcio, fosfato de sodio, dibasico, premix vitamínico (C, niacina, E, ácido pantotenico, A, B1, B6, ácido fólico e D), fumarato ferroso, sulfato de zinco e vanilina. Contem gluten.</p> <p>Embalagem: lata de 400 gramas com rotulo com especificações dos valores nutricionais, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.</p> <p>Referência: MUCILON ARROZ</p>	Lata	100	08
20.	<p>Cereal infantil com probiótico, contendo como ingrediente: Farinha demilho enriquecido com ferro e ácido fólico, açúcar, fosfato de sodiodibasico, premix vitamínico (C, niacina, E, ácido pantotenico, A, B1, B6, ácido fólico e D), fumarato ferroso, sulfato de zinco e</p>	Lata	80	07



	vanilina. Contem gluten. Embalagem: lata de 400 gramas com rotulo com especificações dos valores nutricionais, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. Referência: MUCILON MILHO			
21.	Composto lácteo para lactentes a partir dos 12 meses de vida, para contribuir no tratamento da constipação. Adicionada de até 4g/L de prebióticos, isento de sacarose e aromatizantes DHA com predominância das proteínas do soro do leite em relação à caseína, tendo como fonte de carboidratos lactose e maltodextrina, com adição vitaminas, minerais e oligoelementos. Lata com aproximadamente 800g. Referência: NESLAC.	Lata	100	08
22.	Fórmula infantil em pó , com 100% proteína parcialmente hidrolizada de soro do leite, 38% lactose, com mix especial de óleos essenciais (ácido graxo beta 2 palmítico) e adicionado de prebióticos 0,8g/100ml de scGOS/lcFOS (9:1). Contém LCPUFAs (DHA e ARA) e nucleotídeos. Lata com aproximadamente 400g. Referência: APTAMIL ACTIVE	Lata	150	13
23.	Farinha de arroz , açúcar, fécula de mandioca, minerais (carbonato de cálcio, fosfato de cálcio tribásico, pirofosfato férrico,, sulfato de zinco, sulfato de magnês e iodeto de potássio), vitaminas (ácido L-ascórbico (vitamina C), palmitato de retinila (vitamina a, acetato de DE-alfa-tocoferila (vitamina E), niacinamida (vitamina B3), D-pantotenato de cálcio (vitamina B5), riboflavina (vitamina B2) tiamina mononitrato (vitameina B1), fitomenadiona (vitamina K), cloridrato de pirodoxina (vitamina B6), ácido N-pterol-L-glutâmico (ácido fólico), colecalciferol (vitamina D) e cianocobalamina (vitamina B12) e aromatizante. Não contem traços de leite. Alérgicos: pode conter trigo, cevada, centeio, aveia e soja. Contém glúten. Indicação: a partir dos 6 meses de vida. Valor energético: 72 Kcal 921g). Embalagem de 200g.	Pct	50	04



	Referência: VITALON DE ARROZ			
24.	Farinha de milho enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, minerais (carbonato de cálcio, fosfato de cálcio tribásico, pirofostato férrico, sulfato de zinco, sulfato de magnês e iodeto de potássio) fécula de mandioca, vitaminas (ácido L-ascórbico (vitamina C), palmitato de retinila (vitamina A), acetato de DL-alfa-tocoferila (vitamina E) niacinamida (vitamina B3), D-pantotenato de cálcio (vitamina B5), tiamina mononitrato (vitamina B1), fitomenadiona (vitamina K), cloridrato de pirodoxina (vitamina B6), ácido N-pterol-L-glutâmico (ácido fólico), colecalfiferol (vitamina D) e cianocobalamina (vitamina B12) E AROMATIZANTA. Não contém traços de leite. Alérgicos: pode conter trigo, cevada, centeio, aveia e soja. Contém glúten. Indicação: a partir dos 6 meses de vida. Valor energético: 69 Kcal (21g) Embalagem de 200g. Referência: VITALON DE MILHO	Pct	50	04
25.	Alimento para Nutrição oral para crianças , em pó, nutricionalmente completo e ricos em vitaminas e minerais. Apresentação 1,5Kcal/ml. Isento de lactose. Não contem Glúten. Distribuição Calórica 9%Proteína / 50%Carboidratos/ 41%Lipídios Lata com aproximadamente 400g. Referência; Fortini sabor Baunilha	Lata	200	17
26.	Alimento para Nutrição oral para crianças , em pó, nutricionalmente completo e rico em vitaminas e minerais. Permite preparo nas diluições 1,5Kcal/ml. Isento de lactose. Não contem Glúten. Distribuição Calórica 9%Proteína / 50%Carboidratos/ 41%Lipídios Lata com aproximadamente 400g. Referência; FORTINI Sem Sabor	Lata	200	17
27.	Formula infantil para lactentes e de seguimento para lactentes e crianças de primeira infância destinada a necessidades dietoterápicas específicas com 1Kcal/ml. É uma fórmula polimérica, hipercalórica e nutricionalmente completa indicada para alimentação oral ou enteral de crianças de 0 a 3 anos de idade. É adicionado de LCPufas (ARA/DHA),nucleotídeos,beta-caroteno e prebiótico(GOS/FOS). Isento de sacarose.	Und	300	25



	Lata com aproximadamente 400g. Referência: INFATRINI PÓ			
28.	Formula infantil de partida para lactente de 0 a 6 meses , a base de proteínas lácteas intactas contendo probióticos 0,8G/100ml de GOS/FOS. Contendo adequada relação de ômega 3 e presença de LCPufas e nucleotídeos. Apresentação em pó. Lata com aproximadamente 400g. Referência: Aptamil1	Und	800	67
29.	Formula infantil de partida para lactentes de 0 a 6 meses , a base de proteínas lácteas intactas contendo pro bióticos 0,8G/100ml de GOS/FOS e inovadora estrutura lipídico composto por LCPufas ligado ao fosfolipio e ácido palmítico n posição bet-2. Apresentação em pó. Lata com aproximadamente 400g. Referência: Aptamil pro futura 1	Und	500	42
30.	Frasco para nutrição enteral com tampa , descartável, estéril, fabricado em polipropileno e livre de bisfenol, inodoro, totalmente atóxico. Capacidade para 100 ml.	Und	300.000	25.000
31.	Frasco para nutrição enteral com tampa , descartável, estéril, fabricado em polipropileno e livre de bisfenol, inodoro, totalmente atóxico. Capacidade para 300 ml.	Und	200.000	16.667
32.	MAMADEIRA DESCARTÁVELcom bico ortodôntico, estéril de 100 ml. Frasco produzido em polipropileno (polímero isento de BISFENOL A), cilíndrico, translúcido, sem manchas e rebarbas, com escala graduada de 10 em 10 ml, boca de rosca. ESPECIFICAÇÃO DA TAMPA - Tampa produzida em polipropileno (polímero isento de BISFENOL A), com furo central para adaptação do bico, pigmentada na cor azul, sem pintas rebarbas e deformações. ESPECIFICAÇÃO DO PROTETOR DE BICO - Tampa produzida em polipropileno (polímero isento de BISFENOL A), pigmentada na cor azul, sem pintas rebarbas e deformações. ESPECIFICAÇÃO DO BATOQUE – Batoque de vedação produzido em polietileno expandido (polímero isento de BISFENOL A). Tipo de esterilização – E-BEAM (esterilização ionizante por feixe de elétrons). Seguir os requisitos toxicológicos e físicos da NBR 13793	Und	5.000	417
33.	MAMADEIRA DESCARTÁVELcom bico ortodôntico, estéril de 160ml. Frasco produzido em polipropileno (polímero isento de	Und.	3.000	250



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo FMS: 2864/2021
Fls.299

	<p>BISFENOL A), cilíndrico, translúcido, sem manchas e rebarbas, com escala graduada de 10 em 10 ml, boca de rosca.</p> <p>ESPECIFICAÇÃO DA TAMPA - Tampa produzida em polipropileno (polímero isento de BISFENOL A), com furo central para adaptação do bico, pigmentada na cor azul, sem pintas rebarbas e deformações.</p> <p>ESPECIFICAÇÃO DO PROTETOR DE BICO - Tampa produzida em polipropileno (polímero isento de BISFENOL A), pigmentada na cor azul, sem pintas rebarbas e deformações.</p> <p>ESPECIFICAÇÃO DO BATOQUE – Batoque de vedação produzido em polietileno expandido (polímero isento de BISFENOL A).</p> <p>Tipo de esterilização – E-BEAM (esterilização ionizante por feixe de elétrons). Seguir os requisitos toxicológicos e físicos da NBR 13793</p>			
34.	<p>MAMADEIRA DESCARTÁVEL sem bico, estéril de 240ml.</p> <p>Frasco produzido em polipropileno (polímero isento de BISFENOL A), cilíndrico, translúcido, sem manchas e rebarbas, com escala graduada de 10 em 10 ml, boca de rosca.</p> <p>ESPECIFICAÇÃO DA TAMPA - Tampa produzida em polipropileno (polímero isento de BISFENOL A), com furo central para adaptação do bico, pigmentada na cor azul, sem pintas rebarbas e deformações.</p> <p>ESPECIFICAÇÃO DO PROTETOR DE BICO - Tampa produzida em polipropileno (polímero isento de BISFENOL A), pigmentada na cor azul, sem pintas rebarbas e deformações. ESPECIFICAÇÃO DO BATOQUE – Batoque de vedação produzido em polietileno expandido (polímero isento de BISFENOL A). Tipo de esterilização – E-BEAM (esterilização ionizante por feixe de elétrons). Seguir os requisitos toxicológicos e físicos da NBR 13793</p>	Und.	3.000	250
35.	<p>Fórmula pediátrica para nutrição enteral e oral, em pó Normocalorico, nutricionalmente completo (1,0 kcal/ml), com alto teor de vitaminas e minerais, fonte de fibras e sem adição de sacarose, prebióticos, DHA</p> <p>Lata com aproximadamente 400g.</p> <p>Referência: Fortini Complete</p>	Und.	200	17
TOTAL				

2 – DA JUSTIFICATIVA

2.1 da aquisição



Aquisição de Fórmulas infantis, utilizadas na alimentação restrita de bebês recém-nascidos e crianças expostas ao vírus que são atendidas no serviço de pediatria do Programa Municipal de IST/AIDS e Hepatites Virais, evitando assim a transmissão do vírus através da amamentação e no Lactário para atender a Maternidade Mario Nijar e Pronto Socorro Infantil do Município de São Gonçalo, crianças que tem a necessidade das fórmulas infantis.

2.2 Do Quantitativo

2.2.1 – Justificativa de solicitação de aquisição de fórmulas infantis em pó, frascos e mamadeiras para crianças que estão internadas no Hospital Infantil Darcy Vargas, na Maternidade Mário Nijar e frascos para pacientes do CTI internados no Hospital Luiz Palmier.

O Lactário atende a demanda das crianças internadas no hospital Infantil que faz uso das fórmulas infantis específicas para poder suprir as necessidades nutricionais dessas crianças, atende a Maternidade Mário Nijar com fórmulas específicas para crianças recém-nascidas e hoje atende os pacientes do CTI do Hospital Luiz Palmier com a utilização dos frascos para a preparação de suplementos e água.

Nos últimos dias estamos atendendo em torno de 20 a 30 crianças sendo 8 tomadas para cada criança ($30 \times 8 = 240$) e de 90 reservas, sendo uma média de 330 frascos por dia para a maternidade, contabilizando um total de 9.900 mês.

No infantil temos uma média de 140 frascos por dia, sendo 4.200 frascos por mês, com um atendimento de mais ou menos 15 crianças com 8 tomadas para cada criança e mais as reservas.

Estou pedindo uma margem maior de frascos de 300ml que além de utilizar para o Hospital infantil, utilizo para as amostras das fórmulas e para a demanda que estou tendo para Hospital Luiz Palmier (água para o CTI e Suplementos).

A respeito das quantidades dos leites faço em cima da demanda que vem através dos pedidos da maternidade e do infantil.

Com isso: Quantitativo utilizado semanalmente pelas unidades já citadas acima, multiplicando por doze meses com uma margem de 10% ao ano.

2.2.2 – Justificativa de solicitação de aquisição de leite em pó para crianças expostas e as convivendo com HIV.

Considerando que o Programa IST/AIDS e Hepatites Virais realiza, dentre outros atendimentos, o acompanhamento de gestantes e puérperas convivendo com HIV e, visando atender às necessidades nutricionais das crianças expostas durante a gestação e que, por esse motivo, permanecem em investigação nos SAEs até os 18 meses e das crianças já diagnosticadas com HIV, solicitamos a aquisição de leite em pó integral para satisfazer as suas necessidades nutricionais.

O Programa Municipal de IST/AIDS e Hepatites Virais realiza o atendimento desse público em dois SAEs: Polo Sanitário Hélio Cruz e na Policlínica Gonçalense e de doenças Crônicas e Transmissíveis.



Atualmente, o Programa atende:

- 30 crianças, que necessitam receber 10 latas de leite tipo um por mês, somando 300 latas mensais, totalizando no ano 3.600 latas/ano e ;
- 25 crianças, que necessitam receber 05 latas de leite tipo dois por mês, somando 125 latas mensais, totalizando no ano 1.500 latas/ano.

Obs: No pedido de compra, o quantitativo está maior, devido á uma margem de segurança, já que o atendimento é livre demanda, e pelo fato que esta criança precisa de recebimento de fórmula láctea o mais rápido possível, já que o aleitamento materno não é recomendado.

3. JUSTIFICATIVA DA ADOÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS:

No que concerne ao Sistema de Registro de Preços, este tem sido de grande valia à disposição da Administração Pública Moderna, pois propicia mecanismo para a melhoria da gestão e, principalmente, efetiva o alcance dos princípios constitucionais da economicidade e eficiência, pois mostra ser um modo inteligente de aquisição de bens e serviços para o Estado. Através do Sistema de Registro de Preços, a Administração Publica economiza tempo, pessoal e recursos, pois, muitas vezes, por um só procedimento, realiza-se a aquisição de itens para vários entes, justificando assim a referida modalidade.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS:

Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, por terem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado, conforme previsão do art. 1º, § único, da Lei 10.520/02 e art. 9º caput, do Decreto Municipal 93/2021

5- DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

O prazo de entrega será de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho pela Contratada em remessa parcelada, no seguinte endereço: Rua Dr. Francisco Portela, 2421 – Parada 40 - São Gonçalo/RJ, de segunda a sexta-feira, das 08 às 15 horas.

Correrão por conta da Contratada, até a entrega, todas as despesas referentes à entrega do objeto, como, por exemplo, frete, tributo, etc.

O(s) produto(s) deverá(ão) ser entregues acompanhados da nota fiscal, onde constará detalhadamente, entre outros, as indicações da marca, fabricante, modelo, procedência, garantia e seu prazo, etc, bem como acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

O(s) produtos(s) não poderá(ão) ter validade na data da entrega inferior a 2/3 (dois terços) do prazo total recomendado pelo fabricante, e deverá ser realizada a substituição quando for o caso, sem qualquer ônus à Fundação de Municipal de Saúde.



Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias corridos, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na Proposta.

De acordo com o art. 76 da Lei 8.666/93. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias corridos, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

- Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6– DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA

O licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá, apresentar catálogo, protótipo dos produtos licitados, após 05(cinco) dias úteis do encerramento da sessão de lances, no Almoxarifado Central, localizado à Rua Doutor Francisco Portela, n.º 2.421, Parada 40 – São Gonçalo/RJ, entre 10:00 e 16:00 horas, para a verificação da compatibilidade com as especificações deste Termo de Referência e consequente aceitação da proposta.

Caso o(s) catálogo(s) não seja(m) suficiente(s) para confirmar que o(s) produto(s) apresentado(s) corresponde(m) ao(s) àquele(s) do certame, deve ser solicitada 01 (uma) amostra do item para análise.

A Equipe técnica tem o prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da entrega, para análise do catálogo e identificação da necessidade de amostras, após será emitido parecer técnico (aprovando ou reprovando), a ser entregue ao pregoeiro.

As amostras deverão ser entregues embaladas, contendo as seguintes descrições: nome do licitante, número do CNPJ, número da licitação, número do processo, item, lote, data, marca do produto e demais informações cabíveis ao objeto que possam facilitar a avaliação.

A apresentação da amostra poderá ser dispensada quando se tratar de produto oriundo de linha industrial de produção cujo exemplar já tenha sido aprovado em teste anterior realizado pelo Requisitante.

7 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA



Os Produtos a serem apresentados pela empresa vencedora deverão ter Certificado ANVISA ou cópia autenticada de tópico do Diário Oficial da União que publicou o Registro;

Comprovação de que o licitante forneceu, sem restrição, Insumo igual ou semelhante ao indicado na Requisição de Registro de Preços. A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 01 (um) atestado, devidamente assinado, carimbado e em papel timbrado da empresa ou órgão comprador, compatível com o objeto da licitação.

Autorização de funcionamento (AFE), comum e/ou específica, emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

Licença de Funcionamento, expedida pelo Órgão Sanitário da respectiva Unidade da Federação, conforme os art. 1º e 2º da Lei Federal 6.360/76 e o art. 2º do Decreto nº 8.077 de 14 de agosto de 2013;

Em caso da Licença Sanitária vencida, a licitante deverá apresentar cópia autenticada e legível da solicitação (protocolo de revalidação, dentro do prazo estabelecido em lei acompanhada da cópia autenticada da Licença Sanitária vencida. A não apresentação implicará na desclassificação da licitante (art 22, § 1º e 2º do decreto 74.170/74.

Certificado de regularidade da empresa, expedido pelo Conselho Regional de Nutrição.

Comprovação de habilitação legal do responsável técnico pela empresa, através de Certificado de regularidade expedido pelo Conselho Regional de Nutrição,

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

8.1 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrente da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato.

Efetuar a entrega do(s) objeto(s) em perfeita(s) condição(ões), no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações Termo de referência e demais anexos, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is), conforme Cláusula 05;

Informar as condições de armazenamento adequado do objeto, mediante documento escrito e assinado pela contratada;



Responsabilizar-se pelos vícios e defeitos do(s) objeto(s), de acordo com a Legislação Consumerista (Lei Federal n º 8.078, de 11 de setembro de 1990);

Responsabilizar-se pelo transporte, zelo pela conservação do(s) objeto(s) e pela(s) despesa(s) oriunda do(s) mesmo(s) até o local de entrega bem como todos os encargos tributários e outros encargos inerentes aos fornecimentos do(s) objeto(s);

Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, em **10 (dez) dias**, o(s) objeto(s) em que se verifique(m) vício(s), defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Prestar esclarecimentos a Contratante sobre eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam independentemente de solicitação;

8.2 - Constituem obrigações da CONTRATANTE:

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência/Edital e seus anexos;

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, por meio de comissão ou servidor especialmente designado;

Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue, quando em desacordo com especificações do Edital e seus anexos e legislação aplicável;

Notificar, por intermédio de qualquer meio hábil, à Contratada por quaisquer irregularidades encontradas na execução do contrato;

A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, preposto ou subordinados.



9. SUBCONTRATAÇÃO:

Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios. Observe-se, ainda, que é vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação (Decreto nº 8.538, de 2015, art. 7º, inciso I e §2º).

10- ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que:

- Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;
- Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11- DO CONTROLE SOBRE A EXECUÇÃO DO CONTRATO:

Nos termos do artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

A fiscalização de que trata o item acima não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 70 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

O representante da Contratante anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, ou instrumento equivalente; indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

- O recebimento de material de valor superior a R\$176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 03 (três) membros, designados pela autoridade competente.

12 - DO PAGAMENTO:

Os pagamentos serão creditados em conta corrente da titularidade da Contratada, desde que seja instruído com:

- Pedido endereçado ao Ordenador de despesa, onde deverão constar os dados bancários (nome da Instituição Financeira Agência e Conta Corrente);



- Cópia da nota fiscal, devidamente atestada, verificação da Regularidade Fiscal da CONTRATADA no SICAF ou certidões CNDT, CND e CRF, por meio de consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais, art 29 da Lei 8.666-93, devendo seu resultado ser impresso e juntado ao processo de pagamento;

Em caso de irregularidade junto ao SICAF, a CONTRATADA será notificada para que sejam sanadas as pendências no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período. Findo este prazo sem que haja a regularização por parte da CONTRATADA perante o SICAF, ou apresentação de defesa aceita pela CONTRATANTE, fatos estes que, isoladamente ou em conjunto, caracterizarão descumprimento de obrigações contratuais, o contrato estará passível de cancelamento e a CONTRATADA sujeita às sanções administrativas previstas neste Edital.

O pagamento não poderá ser superior ao prazo de 30(trinta) dia, contados a partir da data final do período de adimplemento da respectiva parcela.

- Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/93, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666/93.

Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou Fatura no momento em que o órgão Contratante atestar a execução do objeto do contrato.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Constatando-se, junto à documentação apresentada, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação por escrito para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

Previamente à emissão de Nota de Empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta constatada mediante os sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, e/ou proibição de contratar com o Poder Público.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à



inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto à Prefeitura.

- Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente perante a exigência do instrumento contratual, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

- A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de forma alguma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, seja calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

13 – CRITÉRIO DE JULGAMENTO.

O critério de julgamento adotado será o de **menor preço unitário**.

14 - VALIDADE DO REGISTRO



O prazo de vigência é de 12(doze) meses, contados a partir da publicação da Ata de Registro de Preços.

15 - DO REAJUSTE

Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano, contado da data limite para a apresentação das propostas.

16. GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não haverá exigência de garantia de execução para a presente aquisição.

17- INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

Na hipótese da ocorrência de quaisquer infrações contratuais ou legais, especialmente de inadimplemento de obrigação pela Contratada, o Município aplicará as seguintes sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93:

- Advertência escrita;
- Multa;
- Suspensão temporária;
- Declaração de inidoneidade;
- Advertência por escrito, quando a Contratada infringir obrigações ajustadas no CONTRATO e for a primeira falta. Neste caso, será concedido, formalmente, pela Fiscalização, prazo à Contratada para sanar as irregularidades.

Da Aplicação de Multa por Atraso Injustificado ou Inexecução Total ou Parcial do Objeto do Contrato:

- A Comissão ou servidor especialmente designado serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato administrativo, observados os prazos estabelecidos para seu cumprimento integral ou parcial, deverão comunicar à autoridade responsável pela contratação a ocorrência de atraso injustificado em sua execução, bem como a sua inexecução total ou parcial, a fim de viabilizar a aplicação das multas previstas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.
- A multa a que se referem os artigos 86 e 87, II, da Lei nº 8.666/93, pode ser definida e aplicada nas situações seguintes:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo FMS: 2864/2021
Fls.309

- ✓ Por atraso, nos Contratos de Compras, em geral;
- ✓ Por inexecução total ou parcial;
- ✓ No caso de atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso;
- ✓ No caso de atraso entre o 31º (trigésimo primeiro) dia até o 60º (sexagésimo) dia, multa de 0,4% (quatro décimos por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso.

Das Disposições Gerais com relação à aplicação da multa:

- Poderá ser aplicada Multa Especial, no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor da contratação, quando a Contratada, sem a existência de motivo justo, der causa à sua rescisão.
- Em toda e qualquer fase ou etapa da contratação, estará a Contratada sujeita à multa correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação.
- As multas, quando cabíveis e aplicáveis, serão cumulativas com as demais penalidades, eventualmente passíveis de imposição.
- As multas serão recolhidas em favor da Contratante, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação do ato que as impuser à Contratada, assegurados, em qualquer caso, o contraditório e a ampla defesa, constante da alínea f, inciso I, do art.109, da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.
- Nenhum pagamento será efetuado à Contratada antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova da sua não aplicabilidade por ato formal da Secretaria Gestora do contrato.
- Se os valores das multas referidas nas cláusulas anteriores não forem pagos ou depositados voluntariamente pela Contratada, no prazo estipulado na cláusula 17.3.4., será promovido o desconto do valor devido. Primeiramente, executando-se a garantia (se houver) e, se esta não for suficiente, descontando-se o valor da multa das parcelas a serem pagas. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito por parte da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado judicialmente.

A imposição de qualquer penalidade não exime a Contratada do cumprimento de suas obrigações, nem de promover as medidas necessárias para reparar ou ressarcir eventuais danos, perdas e prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Administração Pública direta ou indireta.

Em se tratando de Compras, será considerado como inexecução total do Contrato, por parte da Contratada, atraso superior a 60 (sessenta) dias corridos.



Em todos os casos, a penalidade de multa será aplicada pela FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Suspensão temporária – é a penalidade que suspende a participação em Licitação e declara o impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO e a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, por prazo não superior a 02 (dois) anos, a ser estabelecida pelo Chefe do Poder Executivo, em despacho fundamentado e publicado.

Declaração de inidoneidade – é a declaração que impede a Empresa Licitante ou Contratada de licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Poderá haver a reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, assim que a Licitante ou Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na cláusula anterior.

O processo de pedido de Declaração de Inidoneidade da Licitante ou Contratada será encaminhado à Procuradoria Geral do Município de São Gonçalo, para apreciação, antes de a decisão ser publicada.

As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18- DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A ata de registro de preços, durante sua validade, com propósito de estimular e incentivar fomento de competidores para o certame o qual deflui em persecução a proposta mais vantajosa, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couberem, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993, e no Decreto nº 057/, de 2009.

Do convite a outros órgãos:

- Conforme reza o art. 3º § 2º inc. I do Decreto Municipal 057/09, não foi convidado outros órgãos para participar do certame devido à urgência e por se tratar de produtos exclusivos desta Secretaria de Saúde, tendo em vista que tal procedimento ensejaria no maior retardamento no prosseguimento.

19 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Os recursos correrão a conta do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde através do **PT: 23.051.10.302.2045.2124 – ND 33.90.30.00- Fonte 00,21,22,35 e 40 - PT - 23.051.10.305.2091.2086 - ND: 33.90.30.00 – Fonte - 00,21,22,35 e 40 -** e consta na proposta encaminhada da **LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA** e tem compatibilidade com o **PLANO PLURIANUAL** – para o exercício de **2022** do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Gonçalo.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo FMS: 2864/2021
Fls.311

ANEXO II - PARECER TÉCNICO

PARÂMETROS DE ACEITABILIDADE E REPROBILIDADE DO ITEM

Processo:	Pregão:	Número do Item:
------------------	----------------	------------------------

1. IDENTIFICAÇÃO DO ITEM:



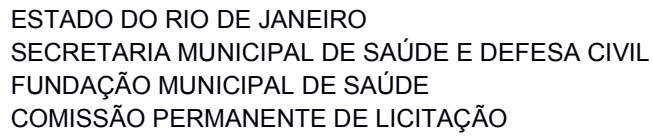
1.1. DESCRIÇÃO DO ITEM:		
1.2. CATMAT	1.3. NÚMERO DO REGISTRO	1.4. UNIDADE DE FORNECIMENTO
1.5. FORNECEDOR	1.6. MARCA	1.7. FABRICANTE

2. IDENTIFICAÇÃO DO AVALIADOR:

NOME:		
MATRICULA:	LOTAÇÃO:	CARGO:

3 - CARACTERÍSTICAS AVALIADAS:

CRITÉRIOS	ATENDE	NÃO ATENDE	NÃO SE APLICA	OBSERVAÇÕES
3.1 - Atendimento ao descritivo.				
3.2 - Atendimento à Unidade de Fornecimento				
3.3 - Qualidade do acabamento.				
3.4 - Embalagem com informações em Língua Portuguesa.				
3.5 - Data de validade dentro do especificado neste termo e visível na embalagem.				
3.6 - Registro ANVISA dentro do prazo de vigência e visível na embalagem.				



Processo FMS: 2864/2021
Fls.313

3.7 - Instrução de Uso que oriente a utilização adequada do insumo.				
3.8 - Anvisa, normas e legislações vigentes.				
3.9 – Atende às demais condições do deste Termo de Referência.				

4. RESULTADO DO TESTE

() Aprovado	() Reprovado
--------------	---------------

5. JUSTIFICATIVA PARA APROVAÇÃO OU REPROVAÇÃO DE ITEM

--

Data: ____/____/____
Responsáveis:

(Assinatura e Matrícula)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo FMS: 2864/2021
Fls.314

PROPOSTA COMERCIAL

ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS						
Proponente:						
Endereço:						
Modalidade de: Pregão Eletrônico SRP FMS	Nº ____/2022					
Validade da Proposta : 60 (sessenta) dias	Prazo de Entrega: Conforme TR. (Anexo I)					
CNPJ.:	Insc. Estadual:					
Condições de Pagamento: CONFORME ESPECIFICADO NO EDITAL						
ITEM	UNID	QUANT	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO		
				MARCA	UNIT	TOTAL
3	Lata	500	Fórmula infantil com ferro para lactentes até o 6º mês de vida, com 100% proteína do soro do leite parcialmente. Hidrolisada, nucleotídeos, DHA e ARA tendo como fonte de carboidratos 100% lactose, com adição vitaminas, minerais e oligoelementos. Lata com aproximadamente 400g. Referência: NAN SUPREME 1			
4	Lata	1.000	Fórmula infantil para lactentes até o sexto mês de vida, em pó, enriquecida com ferro, contendo lactose e maltodextrina com predominância das proteínas do soro do leite em relação à caseína, contendo no mínimo 90% de gordura vegetal. Adicionada de até 4g/L de prebióticos. Isento de sacarose e glúten. Lata com aproximadamente 400 gramas. Referência: NESTOGENO 1			
5	Lata	200	Fórmula infantil com ferro para lactentes a partir do 6º mês de vida, com 100% proteína do soro do leite parcialmente. Hidrolisada, nucleotídeos, DHA e ARA tendo como fonte de carboidratos 100% lactose, com adição vitaminas, minerais e oligoelementos. Lata com aproximadamente 800g. Referência: NAN SUPREME 2			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo FMS: 2864/2021
Fls.315

6	Lata	1.000	Fórmula infantil para lactentes a partir do sexto mês de vida, em pó, enriquecida com ferro, contendo lactose e maltodextrina, com predominância de caseína em relação ao a proteína do soro do leite, contendo no mínimo 90% de gordura vegetal. Adicionada de até 4g/L de prebióticos. Isenta de sacarose e glúten. Lata com aproximadamente 400 gramas. Referência: NESTOGENO 2			
7	Lata	200	Fórmula infantil com ferro para lactentes , para contribuir no tratamento da constipação. Adicionada de até 4g/L de prebióticos, com DHA e ARA, nucleotídeos, com predominância da proteína do soro do leite, contendo lactose, sem adição de sacarose, com adição de vitaminas, minerais e oligoelementos. Lata com aproximadamente 400g. Referência: NANLAC COMFOR de 1 a 3			
8	Lata	1.000	Fórmula infantil constituída de proteínas do soro do leite parcialmente hidrolisadas. Enriquecida com ferro e vitaminas, com predominância de lactose como fonte de carboidrato. Lata com aproximadamente 400g. Referência: NAN H.A. ou APTAMIL H.A			
9	Lata	200	Fórmula infantil com predominância das proteínas do soro do leite em relação a caseína. Enriquecida com ferro e vitaminas. Que apresente em sua composição lactose e amido como fonte de carboidrato. Lata com aproximadamente 400g. Referência: NAN A.R.ou APTAMIL AR			
10	Lata	300	Fórmula Infantil Isenta de lactose, carboidrato 100% maltodextrina, e com soro do leite e caseína como fonte protéica, com DHA e ARA e nucleotídeos, acrescida de vitaminas, minerais e outros oligoelementos. Lata com aproximadamente 400g. Referência: NAN SEM LACTOSE ou APTAMIL SEM LACTOSE.			
11	Lata	300	Fórmula infantil para lactentes de 0 a 12 meses, à base de proteína isolada de soja com ferro para lactentes, enriquecida com L-metionina, como fonte de carboidratos 100% maltodextrina, DHA e ARA, acrescida de vitaminas, minerais e outros oligoelementos. Lata com aproximadamente 400g. Referência: NAN SOY ou ISOMIL			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo FMS: 2864/2021
Fls.316

12	Lata	300	Fórmula infantil para prematuros e/ou recém-nascidos de baixo peso, com predominância do soro do leite em relação à caseína, enriquecida com ferro, vitaminas, TCM, e LC pufas. Ausência de prebióticos. Lata com aproximadamente 400g. Referência: PRÉ NAN ou ENFAMIL PRÉ			
13	Lata	200	Fórmula infantil à base de proteína do soro do leite extensamente hidrolisada (máximo de 80% de peptídeos e mínimo de 20% de aminoácidos livres), com predominância da lactose, presença de DHA/ARA. Isento de sacarose e glúten. Lata com aproximadamente 400g. Referência: ALTHERA ou APTAMIL PEPTI			
15	Lata	300	Fórmula Infantil nutricionalmente completa, para recém nascidos prematuros e de baixo peso ao nascer, enriquecida com ferro, a base de proteínas lácteas com relação proteínas do soro do leite e caseína 60/40. Presença de LCPUFAs, ômega 6 e ômega 3, isenta de sabor, com densidade calórica de 0,8 Kcal/ml. Lata com aproximadamente 400g. Referencia: APTAMIL PRÉ			
16	Lata	200	Fórmula infantil nutricionalmente completa para recém nascidos prematuros e de baixo peso ao nascer, para o período pós alta hospitalar. Enriquecido com ferro, a base de proteínas lácteas com relação proteína do soro do leite e caseína 60/40. Adicionada de prebióticos. Presença de LCPUFAs, ômega 6 e ômega 3, isenta de sacarose, em pó, isenta de sabor. Lata com aproximadamente 400g. Referência: APTAMIL PRÉ TRANSITION			
17	Lata	80	Cereal infantil com probiótico, contendo como ingrediente: Farinha de arroz, açúcar, farinha de aveia, extrato de malte, carbonato de cálcio, fosfato de sódio, dibásico, premix vitamínico (C, niacina, E, ácido pantotênico, A, B1, B6, ácido fólico e D), fumarato ferroso, sulfato de zinco e vanilina e alfa-amilase. Contem gluten. Embalagem: lata de 400 gramas com rotulo com especificações dos valores nutricionais, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. Referência: MUCILON ARROZ E AVEIA			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo FMS: 2864/2021
Fls.317

18	Lata	150	Cereal infantil com probiótico, contendo farinha pré cozida de varios cereais, a base de farinha de trigo enriquecida, farinha de milho enriquecida e farinha de arroz, contendo carbonato de calcio, vitaminas (C, niacina, E, ácido pantotenico, A, B1, B6, ácido fólico e D), fumarato ferroso, sulfato de zinco. Contem gluten. Embalagem: lata de 400 gramas com rotulo com especificações dos valores nutricionais, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. Referência: MUCILON MULTI CEREAIS			
19	Lata	100	Cereal infantil com probiótico, contendo como ingrediente: Farinha de arroz, açúcar, amido, carbonato de calcio, fosfato de sodio, dibasico, premix vitamínico (C, niacina, E, ácido pantotenico, A, B1, B6, ácido fólico e D), fumarato ferroso, sulfato de zinco e vanilina. Contem gluten. Embalagem: lata de 400 gramas com rotulo com especificações dos valores nutricionais, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. Referência: MUCILON ARROZ			
20	Lata	80	Cereal infantil com probiótico, contendo como ingrediente: Farinha demilho enriquecido com ferro e ácido fólico, açúcar, fosfato de sodiodibasico, premix vitamínico (C, niacina, E, ácido pantotenico, A, B1, B6, ácido fólico e D), fumarato ferroso, sulfato de zinco e vanilina. Contem gluten. Embalagem: lata de 400 gramas com rotulo com especificações dos valores nutricionais, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. Referência: MUCILON MILHO			
21	Lata	100	Composto lácteo para lactentes a partir dos 12 meses de vida, para contribuir no tratamento da constipação. Adicionada de até 4g/L de prebióticos, isento de sacarose e aromatizantes DHA com predominância das proteínas do soro do leite em relação à caseína, tendo como fonte de carboidratoslactose e matodextrina, com adição vitaminas, minerais e oligoelementos. Lata com aproximadamente 800g. Referência: NESLAC.			
22	Lata	150	Fórmula infantil em pó, com 100% proteína parcialmente hidrolizada de soro do leite, 38% lactose, com mix especial de óleos essenciais (ácido graxo beta 2 palmítico) e adicionado de prebióticos 0,8g/100ml de scGOS/lcFOS (9:1). Contém LCPUFAs (DHA e ARA) e nucleotídeos. Lata com aproximadamente 400g. Referência: APTAMIL ACTIVE			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo FMS: 2864/2021
Fls.318

23	Pct	50	Farinha de arroz, açúcar, fécula de mandioca, minerais (carbonato de cálcio, fosfato de cálcio tribásico, pirofosfato férrico,, sulfato de zinco, sulfato de magnês e iodeto de potássio), vitaminas (ácido L-ascórbico (vitamina C), palmitato de retinila (vitamina a, acetato de DE-alfa-tocoferila (vitamina E), niacinamida (vitamina B3), D-pantotenato de cálcio (vitamina B5), riboflavina (vitamina B2) tiamina mononitrato (vitameina B1), fitomenadiona (vitamina K), cloridrato de pirodoxina (vitamina B6), ácido N-pterol-L-glutâmico (ácido fólico), colecalciferol (vitamina D) e cianocobalamina (vitamina B12) e aromatizante. Não contam traços de leite. Alérgicos: pode conter trigo,cevada, centeio, aveia e soja. Contém glúten. Indicação: a partir dos 6 meses de vida. Valor energético: 72 Kcal 921g). Embalagem de 200g. Referência: VITALON DE ARROZ			
24	Pct	50	Farinha de milho enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, minerais (carbonato de cálcio, fosfato de cálcio tribásico, pirofosfato férrico, sulfato de zinco, sulfato de magnês e iodeto de potássio) fécula de mandioca, vitaminas (ácido L-ascórbico (vitamina C), palmitato de retinila (vitamina A), acetato de DL-alfa-tocoferila (vitamina E) niacinamida (vitamina B3), D-pantotenato de cálcio (vitamina B5), tiamina mononitrato (vitamina B1), fitomenadiona (vitamina K), cloridrato de pirodoxina (vitamina B6), ácido N-pterol-L-glutâmico (ácido fólico), colecalciferol (titamina D) e cianocobalamina (vitamina B12) E AROMATIZANTA. Não contém traços de leite. Alérgicos: pode conter trigo, cevada, centeio, aveia e soja. Contém glúten. Indicação: a partir dos 6 meses de vida. Valor energético: 69 Kcal (21g) Embalagem de 200g. Referência: VITALON DE MILHO			
25	Lata	200	Alimento para Nutrição oral para crianças, em pó, nutricionalmente completo e ricos em vitaminas e minerais. Apresentação 1,5Kcal/ml. Isento de lactose. Não contém Glúten. Distribuição Calórica 9%Proteína / 50%Carboidratos/ 41%Lipídios Lata com aproximadamente 400g. Referência; Fortini sabor Baunilha			
26	Lata	200	Alimento para Nutrição oral para crianças, em pó, nutricionalmente completo e rico em vitaminas e minerais. Permite preparo nas diluições 1,5Kcal/ml. Isento de lactose. Não contém Glúten. Distribuição Calórica 9%Proteína / 50%Carboidratos/ 41%Lipídios Lata com aproximadamente 400g. Referência; FORTINI Sem Sabor			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo FMS: 2864/2021
Fls.319

27	Und	300	Formula infantil para lactentes e de seguimento para lactentes e crianças de primeira infância destinada a necessidades dietoterápicas específicas com 1Kcal/ml. É uma fórmula polimérica, hipercalórica e nutricionalmente completa indicada para alimentação oral ou enteral de crianças de 0 a 3 anos de idade. É adicionado de LCPufas (ARA/DHA),nucleotídeos,beta-caroteno e prebiótico(GOS/FOS). Isento de sacarose. Lata com aproximadamente 400g. Referência: INFATRINI PÓ			
28	Und	800	Formula infantil de partida para lactente de 0 a 6 meses, a base de proteínas lácteas intactas contendo probióticos 0,8G/100ml de GOS/FOS. Contendo adequada relação de ômega 3 e presença de LCPufas e nucleotídeos. Apresentação em pó. Lata com aproximadamente 400g. Referência: Aptamil1			
29	Und	500	Formula infantil de partida para lactentes de 0 a 6 meses, a base de proteínas lácteas intactas contendo pro bióticos 0,8G/100ml de GOS/FOS e inovadora estrutura lipídico composto por LCPufas ligado ao fosfolipio e ácido palmítico n posição bet-2. Apresentação em pó. Lata com aproximadamente 400g. Referência: Aptamil pro futura 1			
32	Und	5.000	MAMADEIRA DESCARTÁVEL com bico ortodôntico, estéril de 100 ml. Frasco produzido em polipropileno (polímero isento de BISFENOL A), cilíndrico, translúcido, sem manchas e rebarbas, com escala graduada de 10 em 10 ml, boca de rosca. ESPECIFICAÇÃO DA TAMPA - Tampa produzida em polipropileno (polímero isento de BISFENOL A), com furo central para adaptação do bico, pigmentada na cor azul, sem pintas rebarbas e deformações. ESPECIFICAÇÃO DO PROTETOR DE BICO - Tampa produzida em polipropileno (polímero isento de BISFENOL A), pigmentada na cor azul, sem pintas rebarbas e deformações. ESPECIFICAÇÃO DO BATOQUE – Batoque de vedação produzido em polietileno expandido (polímero isento de BISFENOL A). Tipo de esterilização – E-BEAM (esterilização ionizante por feixe de elétrons). Seguir os requisitos toxicológicos e físicos da NBR 13793			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo FMS: 2864/2021
Fls.320

33	Und	3.000	MAMADEIRA DESCARTÁVEL com bico ortodôntico, estéril de 160ml. Frasco produzido em polipropileno (polímero isento de BISFENOL A), cilíndrico, translúcido, sem manchas e rebarbas, com escala graduada de 10 em 10 ml, boca de rosca.ESPECIFICAÇÃO DA TAMPA - Tampa produzida em polipropileno (polímero isento de BISFENOL A), com furo central para adaptação do bico, pigmentada na cor azul, sem pintas rebarbas e deformações.ESPECIFICAÇÃO DO PROTETOR DE BICO - Tampa produzida em polipropileno (polímero isento de BISFENOL A), pigmentada na cor azul, sem pintas rebarbas e deformações.ESPECIFICAÇÃO DO BATOQUE – Batoque de vedação produzido em polietileno expandido (polímero isento de BISFENOL A).Tipo de esterilização – E-BEAM (esterilização ionizante por feixe de elétrons). Seguir os requisitos toxicológicos e físicos da NBR 13793			
34	Und	3.000	MAMADEIRA DESCARTÁVEL sem bico, estéril de 240ml. Frasco produzido em polipropileno (polímero isento de BISFENOL A), cilíndrico, translúcido, sem manchas e rebarbas, com escala graduada de 10 em 10 ml, boca de rosca. ESPECIFICAÇÃO DA TAMPA - Tampa produzida em polipropileno (polímero isento de BISFENOL A), com furo central para adaptação do bico, pigmentada na cor azul, sem pintas rebarbas e deformações. ESPECIFICAÇÃO DO PROTETOR DE BICO - Tampa produzida em polipropileno (polímero isento de BISFENOL A), pigmentada na cor azul, sem pintas rebarbas e deformações. ESPECIFICAÇÃO DO BATOQUE – Batoque de vedação produzido em polietileno expandido (polímero isento de BISFENOL A). Tipo de esterilização – E-BEAM (esterilização ionizante por feixe de elétrons). Seguir os requisitos toxicológicos e físicos da NBR 13793			
35	Und	200	Fórmula pediátrica para nutrição enteral e oral, em pó Normocalórico, nutricionalmente completo (1,0 kcal/ml),com alto teor de vitaminas e minerais, fonte de fibras e sem adição de sacarose,prebióticos,DHA Lata com aproximadamente 400g. Referência: Fortini Complete			
Valor total:						
TOTAL POR EXTENSO R\$ _____						
DATA _____						
CARIMBO E ASSINATURA DA PROPONENTE						

ITEM NÃO EXCLUSIVO	
Proponente: _____	
Endereço: _____	
Modalidade: Pregão Eletrônico SRP FMS	Nº ____/2022
Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias	Prazo de Entrega: Conforme TR. (Anexo I)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo FMS: 2864/2021
Fls.321

CNPJ.:			Insc. Estadual:			
Condições de Pagamento: CONFORME ESPECIFICADO NO EDITAL						
ITEM	UNID	QUANT	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO		
				MARCA	UNIT	TOTAL
1	Lata	3.300	Fórmula infantil com ferro para lactentes a partir de 6º mês de vida.adicionada de até 4g/l de Prebióticos, DHA e ARA com predominância das Proteínas do soro do leite em relação à Caseína, com lactose e maltodextrino,sem adição de sacarose,com adição de vitaminas, minerais e Oligoelementos. Lata com aproximadamente 800 g. Referência: NanComfor 2 ou Aptamil 2			
2	Lata	5.000	Fórmula infantil com ferro para lactentes até o 6º mês de vida, para contribuir no tratamento da constipação. Adicionada dedeprebióticos, nucleotídeos, DHA e ARA com predominância das proteínas do soro do leite em relação à caseína, tendo como fonte de carboidratos 100% lactose, com adição vitaminas, minerais e oligoelementos. Lata com aproximadamente 400g. Referência: NANCOMFOR 1 ou APTAMIL 1			
14	Lata	1000	Fórmula infantil a base de 100% aminoácidos livres com lipídeos estruturados e DHA/ARA. Isento de lactose. Lata com aproximadamente 400g. Referência: NEOCATE LCP			
30	Und	300.000	Frasco para nutrição enteral com tampa, descartável, estéril, fabricado em polipropileno e livre de bisfenol, inodoro, totalmente atóxico. Capacidade para 100 ml.			
31	Und	200.000	Frasco para nutrição enteral com tampa, descartável, estéril, fabricado em polipropileno e livre de bisfenol, inodoro, totalmente atóxico. Capacidade para 300 ml.			
Valor total:						
TOTAL POR EXTENSO R\$						
DATA						
CARIMBO E ASSINATURA DA PROPONENTE						

Obs.: Havendo divergência entre as especificações da codificação CATMAT e o descritivo constante no presente Termo de Referência prevalecerá o Termo de Referência em consonância ao Princípio da Vinculação ao Ato Convocatório.



ANEXO IV
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS					
ITEM	UNID	QUANT	ESPECIFICAÇÃO	VALOR	
				UNIT	TOTAL
3	Lata	500	Fórmula infantil com ferro para lactentes até o 6º mês de vida, com 100% proteína do soro do leite parcialmente. Hidrolisada, nucleotídeos, DHA e ARA tendo como fonte de carboidratos 100% lactose, com adição vitaminas, minerais e oligoelementos. Lata com aproximadamente 400g. Referência: NAN SUPREME 1	R\$ 42,72	R\$ 21.360,00
4	Lata	1.000	Fórmula infantil para lactentes até o sexto mês de vida, em pó, enriquecida com ferro, contendo lactose e maltodextrina com predominância das proteínas do soro do leite em relação à caseína, contendo no mínimo 90% de gordura vegetal. Adicionada de até 4g/L de prebióticos. Isento de sacarose e glúten. Lata com aproximadamente 400 gramas. Referência: NESTOGENO 1	R\$ 28,06	R\$ 28.060,00
5	Lata	200	Fórmula infantil com ferro para lactentes a partir do 6º mês de vida, com 100% proteína do soro do leite parcialmente. Hidrolisada, nucleotídeos, DHA e ARA tendo como fonte de carboidratos 100% lactose, com adição vitaminas, minerais e oligoelementos. Lata com aproximadamente 800g. Referência: NAN SUPREME 2	R\$ 63,27	R\$ 12.654,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo FMS: 2864/2021
Fls.323

6	Lata	1.000	Fórmula infantil para lactentes a partir do sexto mês de vida, em pó, enriquecida com ferro, contendo lactose e maltodextrina, com predominância de caseína em relação ao a proteína do soro do leite, contendo no mínimo 90% de gordura vegetal. Adicionada de até 4g/L de prebióticos. Isenta de sacarose e glúten. Lata com aproximadamente 400 gramas. Referência: NESTOGENO 2	R\$ 29,46	R\$ 29.460,00
7	Lata	200	Fórmula infantil com ferro para lactentes , para contribuir no tratamento da constipação. Adicionada de até 4g/L de prebióticos, com DHA e ARA, nucleotídeos, com predominância da proteína do soro do leite, contendo lactose, sem adição de sacarose, com adição de vitaminas, minerais e oligoelementos. Lata com aproximadamente 400g. Referência: NANLAC COMFOR de 1 a 3	R\$ 56,98	R\$ 11.396,00
8	Lata	1.000	Fórmula infantil constituída de proteínas do soro do leite parcialmente hidrolisadas. Enriquecida com ferro e vitaminas, com predominância de lactose como fonte de carboidrato. Lata com aproximadamente 400g. Referência: NAN H.A. ou APTAMIL H.A	R\$ 54,87	R\$ 54.870,00
9	Lata	200	Fórmula infantil com predominância das proteínas do soro do leite em relação a caseína. Enriquecida com ferro e vitaminas. Que apresente em sua composição lactose e amido como fonte de carboidrato. Lata com aproximadamente 400g. Referência: NAN A.R.ou APTAMIL AR	R\$ 35,02	R\$ 7.004,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo FMS: 2864/2021
Fls.324

10	Lata	300	Fórmula Infantil Isenta de lactose, carboidrato 100% maltodextrina, e com soro do leite e caseína como fonte protéica, com DHA e ARA e nucleotídeos, acrescida de vitaminas, minerais e outros oligoelementos. Lata com aproximadamente 400g. Referência: NAN SEM LACTOSE ou APTAMIL SEM LACTOSE.	R\$ 52,20	R\$ 15.660,00
11	Lata	300	Fórmula infantil para lactentes de 0 a 12 meses, à base de proteína isolada de soja com ferro para lactentes, enriquecida com L-metionina, como fonte de carboidratos 100% maltodextrina, DHA e ARA, acrescida de vitaminas, minerais e outros oligoelementos. Lata com aproximadamente 400g. Referência: NAN SOY ou ISOMIL	R\$ 50,66	R\$ 15.198,00
12	Lata	300	Fórmula infantil para prematuros e/ou recém-nascidos de baixo peso, com predominância do soro do leite em relação à caseína, enriquecida com ferro, vitaminas, TCM, e LC pufas. Ausência de prebióticos. Lata com aproximadamente 400g. Referência: PRÉ NAN ou ENFAMIL PRÉ	R\$ 54,81	R\$ 16.443,00
13	Lata	200	Fórmula infantil à base de proteína do soro do leite extensamente hidrolisada (máximo de 80% de peptídeos e mínimo de 20% de aminoácidos livres), com predominância da lactose, presença de DHA/ARA. Isento de sacarose e glúten. Lata com aproximadamente 400g. Referência: ALTHERA ou APTAMIL PEPTI	R\$ 102,50	R\$ 20.500,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo FMS: 2864/2021
Fls.325

15	Lata	300	Fórmula Infantil nutricionalmente completa, para recém nascidos prematuros e de baixo peso ao nascer, enriquecida com ferro, a base de proteínas lácteas com relação proteínas do soro do leite e caseína 60/40. Presença de LCPUFAs, ômega 6 e ômega 3, isenta de sabor, com densidade calórica de 0,8 Kcal/ml. Lata com aproximadamente 400g. Referencia: APTAMIL PRÉ	R\$ 92,42	R\$ 27.726,00
16	Lata	200	Fórmula infantil nutricionalmente completa para recém nascidos prematuros e de baixo peso ao nascer, para o período pós alta hospitalar. Enriquecido com ferro, a base de proteínas lácteas com relação proteína do soro do leite e caseína 60/40. Adicionada de prebióticos. Presença de LCPUFAs, ômega 6 e ômega 3, isenta de sacarose, em pó, isenta de sabor. Lata com aproximadamente 400g. Referência: APTAMIL PRÉ TRANSITION	R\$ 92,02	R\$ 18.404,00
17	Lata	80	Cereal infantil com probiótico, contendo como ingrediente: Farinha de arroz, açúcar, farinha de aveia, extrato de malte, carbonato de calcio, fosfato de sodio, dibasico, premix vitamínico (C, niacina, E, ácido pantoténico, A, B1, B6, ácido fólico e D), fumarato ferroso, sulfato de zinco e vanilina e alfa-amilase. Contem gluten. Embalagem: lata de 400 gramas com rotulo com especificações dos valores nutricionais, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. Referência: MUCILON ARROZ E AVEIA	R\$ 10,17	R\$ 813,60



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo FMS: 2864/2021
Fls.326

18	Lata	150	Cereal infantil com probiótico, contendo farinha pré cozida de varios cereais, a base de farinha de trigo enriquecida, farinha de milho enriquecida e farinha de arroz, contendo carbonato de calcio, vitaminas (C, niacina, E, ácido pantotenico, A, B1, B6, ácido fólico e D), fumarato ferroso, sulfato de zinco. Contem gluten. Embalagem: lata de 400 gramas com rotulo com especificações dos valores nutricionais, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. Referência: MUCILON MULTI CEREAIS	R\$ 10,22	R\$ 1.533,00
19	Lata	100	Cereal infantil com probiótico, contendo como ingrediente: Farinha de arroz, açúcar, amido, carbonato de calcio, fosfato de sodio, dibasico, premix vitamínico (C, niacina, E, ácido pantotenico, A, B1, B6, ácido fólico e D), fumarato ferroso, sulfato de zinco e vanilina. Contem gluten. Embalagem: lata de 400 gramas com rotulo com especificações dos valores nutricionais, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. Referência: MUCILON ARROZ	R\$ 11,19	R\$ 1.119,00
20	Lata	80	Cereal infantil com probiótico, contendo como ingrediente: Farinha demilho enriquecido com ferro e ácido fólico, açúcar, fosfato de sodiodibasico, premix vitamínico (C, niacina, E, ácido pantotenico, A, B1, B6, ácido fólico e D), fumarato ferroso, sulfato de zinco e vanilina. Contem gluten.Embalagem: lata de 400 gramas com rotulo com especificações dos valores nutricionais, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. Referência: MUCILON MILHO	R\$ 10,76	R\$ 860,80



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo FMS: 2864/2021
Fls.327

21	Lata	100	Composto lácteo para lactentes a partir dos 12 meses de vida, para contribuir no tratamento da constipação. Adicionada de até 4g/L de prebióticos, isento de sacarose e aromatizantes DHA com predominância das proteínas do soro do leite em relação à caseína, tendo como fonte de carboidratos lactose e matodextrina, com adição vitaminas, minerais e oligoelementos. Lata com aproximadamente 800g. Referência: NESLAC.	R\$ 56,24	R\$ 5.624,00
22	Lata	150	Fórmula infantil em pó, com 100% proteína parcialmente hidrolizada de soro do leite, 38% lactose, com mix especial de óleos essenciais (ácido graxo beta 2 palmítico) e adicionado de prebióticos 0,8g/100ml de scGOS/lcFOS (9:1). Contém LCPUFAs (DHA e ARA) e nucleotídeos. Lata com aproximadamente 400g. Referência: APTAMIL ACTIVE	R\$ 60,95	R\$ 9.142,50
23	Pct	50	Farinha de arroz, açúcar, fécula de mandioca, minerais (carbonato de cálcio, fosfato de cálcio tribásico, pirofosfato férrico, sulfato de zinco, sulfato de magnês e iodeto de potássio), vitaminas (ácido L-ascórbico (vitamina C), palmitato de retinila (vitamina a, acetato de DE-alfa-tocoferila (vitamina E), niacinamida (vitamina B3), D-pantotenato de cálcio (vitamina B5), riboflavina (vitamina B2) tiamina mononitrato (vitameina B1), fitomenadiona (vitamina K), cloridrato de pirodoxina (vitamina B6), ácido N-pterol-L-glutâmico (ácido fólico), colecalciferol (vitamina D) e cianocobalamina (vitamina B12) e aromatizante. Não contém traços de leite. Alérgicos: pode conter trigo, cevada, centeio, aveia e soja. Contém glúten. Indicação: a partir dos 6 meses de vida. Valor energético: 72 Kcal 921g). Embalagem de 200g. Referência: VITALON DE ARROZ	R\$ 4,65	R\$ 232,50



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo FMS: 2864/2021
Fls.328

24	Pct	50	Farinha de milho enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, minerais (carbonato de cálcio, fosfato de cálcio tribásico, pirofosfato férrico, sulfato de zinco, sulfato de magnês e iodeto de potássio) fécula de mandioca, vitaminas (ácido L-ascórbico (vitamina C), palmitato de retinila (vitamina A), acetato de DL-alfa-tocoferila (vitamina E) niacinamida (vitamina B3), D-pantotenato de cálcio (vitamina B5), tiamina mononitrato (vitamina B1), fitomenadiona (vitamina K), cloridrato de pirodoxina (vitamina B6), ácido N-pterol-L-glutâmico (ácido fólico), colecalciferol (vitamina D) e cianocobalamina (vitamina B12) E AROMATIZANTA. Não contém traços de leite. Alérgicos: pode conter trigo, cevada, centeio, aveia e soja. Contém glúten. Indicação: a partir dos 6 meses de vida. Valor energético: 69 Kcal (21g)Embalagem de 200g.Referência: VITALON DE MILHO	R\$ 4,18	R\$ 209,00
25	Lata	200	Alimento para Nutrição oral para crianças, em pó, nutricionalmente completo e ricos em vitaminas e minerais. Apresentação 1,5Kcal/ml. Isento de lactose. Não contem Glúten. Distribuição Calórica 9%Proteína / 50%Carboidratos/ 41%Lipídios Lata com aproximadamente 400g. Referência; Fortini sabor Baunilha	R\$ 48,18	R\$ 9.636,00
26	Lata	200	Alimento para Nutrição oral para crianças, em pó, nutricionalmente completo e rico em vitaminas e minerais. Permite preparo nas diluições 1,5Kcal/ml. Isento de lactose. Não contem Glúten. Distribuição Calórica 9%Proteína / 50%Carboidratos/ 41%Lipídios Lata com aproximadamente 400g. Referência; FORTINI Sem Sabor	R\$ 53,15	R\$ 10.630,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo FMS: 2864/2021
Fls.329

27	Und	300	Formula infantil para lactentes e de seguimento para lactentes e crianças de primeira infância destinada a necessidades dietoterápicas específicas com 1Kcal/ml. É uma fórmula polimérica, hipercalórica e nutricionalmente completa indicada para alimentação oral ou enteral de crianças de 0 a 3 anos de idade. É adicionado de LCPufas (ARA/DHA),nucleotídeos,beta-caroteno e prebiótico(GOS/FOS). Isento de sacarose. Lata com aproximadamente 400g. Referência: INFATRINI PÓ	R\$ 139,22	R\$ 41.766,00
28	Und	800	Formula infantil de partida para lactente de 0 a 6 meses, a base de proteínas lácteas intactas contendo probióticos 0,8G/100ml de GOS/FOS. Contendo adequada relação de ômega 3 e presença de LCPufas e nucleotídeos. Apresentação em pó. Lata com aproximadamente 400g. Referência: Aptamil1	R\$ 35,85	R\$ 28.680,00
29	Und	500	Formula infantil de partida para lactentes de 0 a 6 meses, a base de proteínas lácteas intactas contendo pro bióticos 0,8G/100ml de GOS/FOS e inovadora estrutura lipídico composto por LCPufas ligado ao fosfolipio e ácido palmítico n posição bet-2. Apresentação em pó. Lata com aproximadamente 400g. Referência: Aptamilpro futura 1	R\$ 36,31	R\$ 18.155,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo FMS: 2864/2021
Fls.330

32	Und	5.000	MAMADEIRA DESCARTÁVEL com bico ortodôntico, estéril de 100 ml. Frasco produzido em polipropileno (polímero isento de BISFENOL A), cilíndrico, translúcido, sem manchas e rebarbas, com escala graduada de 10 em 10 ml, boca de rosca. ESPECIFICAÇÃO DA TAMPA - Tampa produzida em polipropileno (polímero isento de BISFENOL A), com furo central para adaptação do bico, pigmentada na cor azul, sem pintas rebarbas e deformações. ESPECIFICAÇÃO DO PROTETOR DE BICO - Tampa produzida em polipropileno (polímero isento de BISFENOL A), pigmentada na cor azul, sem pintas rebarbas e deformações. ESPECIFICAÇÃO DO BATOQUE – Batoque de vedação produzido em polietileno expandido (polímero isento de BISFENOL A). Tipo de esterilização – E-BEAM (esterilização ionizante por feixe de elétrons). Seguir os requisitos toxicológicos e físicos da NBR 13793	R\$ 10,67	R\$ 53.350,00
----	-----	-------	--	------------------	----------------------



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo FMS: 2864/2021
Fls.331

33	Und	3.000	<p>MAMADEIRA DESCARTÁVEL com bico ortodôntico, estéril de 160ml. Frasco produzido em polipropileno (polímero isento de BISFENOL A), cilíndrico, translúcido, sem manchas e rebarbas, com escala graduada de 10 em 10 ml, boca de rosca. ESPECIFICAÇÃO DA TAMPA - Tampa produzida em polipropileno (polímero isento de BISFENOL A), com furo central para adaptação do bico, pigmentada na cor azul, sem pintas rebarbas e deformações. ESPECIFICAÇÃO DO PROTETOR DE BICO - Tampa produzida em polipropileno (polímero isento de BISFENOL A), pigmentada na cor azul, sem pintas rebarbas e deformações. ESPECIFICAÇÃO DO BATOQUE – Batoque de vedação produzido em polietileno expandido (polímero isento de BISFENOL A). Tipo de esterilização – E-BEAM (esterilização ionizante por feixe de elétrons). Seguir os requisitos toxicológicos e físicos da NBR 13793</p>	R\$ 20,00	R\$ 60.000,00
----	-----	-------	---	------------------	----------------------



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo FMS: 2864/2021
Fls.332

34	Und	3.000	MAMADEIRA DESCARTÁVEL sem bico, estéril de 240ml. Frasco produzido em polipropileno (polímero isento de BISFENOL A), cilíndrico, translúcido, sem manchas e rebarbas, com escala graduada de 10 em 10 ml, boca de rosca.ESPECIFICAÇÃO DA TAMPA - Tampa produzida em polipropileno (polímero isento de BISFENOL A), com furo central para adaptação do bico, pigmentada na cor azul, sem pintas rebarbas e deformações.ESPECIFICAÇÃO DO PROTETOR DE BICO - Tampa produzida em polipropileno (polímero isento de BISFENOL A), pigmentada na cor azul, sem pintas rebarbas e deformações. ESPECIFICAÇÃO DO BATOQUE – Batoque de vedação produzido em polietileno expandido (polímero isento de BISFENOL A). Tipo de esterilização – E-BEAM (esterilização ionizante por feixe de elétrons). Seguir os requisitos toxicológicos e físicos da NBR 13793	R\$ 9,70	R\$ 29.100,00
35	Und	200	Fórmula pediátrica para nutrição enteral e oral, em pó Normocalorico, nutricionalmente completo (1,0 kcal/ml),com alto teor de vitaminas e minerais, fonte de fibras e sem adição de sacarose,prebióticos,DHA Lata com aproximadamente 400g. Referência: Fortini Complete	R\$ 51,42	R\$ 10.284,00
VALOR TOTAL					R\$559.870,40



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo FMS: 2864/2021
Fls.333

ITEM NÃO EXCLUSIVO						
ITEM	UNID	QUANT	ESPECIFICAÇÃO	VALOR		
				UNIT	TOTAL	
1	Lata	3.300	Fórmula infantil com ferro para lactentes a partir de 6º mês de vida.adicionada de até 4g/l de Prebióticos, DHA e ARA com predominância das Proteínas do soro do leite em relação à Caseína, com lactose e maltodextrino,sem adição de sacarose,com adição de vitaminas, minerais e Oligoelementos. Lata com aproximadamente 800 g. Referência: NanComfor 2 ou Aptamil 2	R\$ 41,95		R\$138.435,00
2	Lata	5.000	Fórmula infantil com ferro para lactentes até o 6º mês de vida, para contribuir no tratamento da constipação. Adicionada deprebióticos, nucleotídeos, DHA e ARA com predominância das proteínas do soro do leite em relação à caseína, tendo como fonte de carboidratos 100% lactose, com adição vitaminas, minerais e oligoelementos. Lata com aproximadamente 400g. Referência: NANCOMFOR 1 ou APTAMIL 1	R\$ 35,82		R\$179.100,00
14	Lata	1000	Fórmula infantil a base de 100% aminoácidos livres com lipídeos estruturados e DHA/ARA. Isento de lactose. Lata com aproximadamente 400g. Referência: NEOCATE LCP	R\$227,14		R\$227.140,00
30	Und	300.000	Frasco para nutrição enteral com tampa, descartável, estéril, fabricado em polipropileno e livre de bisfenol, inodoro, totalmente atóxico. Capacidade para 100 ml.	R\$ 0,75		R\$225.000,00
31	Und	200.000	Frasco para nutrição enteral com tampa, descartável, estéril, fabricado em polipropileno e livre de bisfenol, inodoro, totalmente atóxico. Capacidade para 300 ml.	R\$ 1,35		R\$270.000,00
VALOR TOTAL						R\$ 1.039.675,00

VALOR TOTAL



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo FMS: 2864/2021
Fls.334

ITEM EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS	R\$ 559.870,40
ITEM NÃO EXCLUSIVO	R\$1.039.675,00
VALOR TOTAL	R\$1.599.545,40

ANEXO V

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
(FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE)
N.º ____/2022

A **Prefeitura Municipal de São Gonçalo**, com sede à Rua Dr. Feliciano Sodré, nº 100 – Centro, na cidade de São Gonçalo, inscrito (a) no CNPJ/MF sob o nº 28.636.579/0001-00, neste ato representado(a) pelo(a) _____ **SECRETARIO MUNICIPAL DE** nomeado(a) pela Portaria nº _____ de ____ de _____ de 20____, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de São Gonçalo de ____ de _____ de 20____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____-____-____ portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ____/2022, publicada no _____ de ____/____/2022, processo administrativo n.º _____/202____, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto Municipal n.º 057, de 2009, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a _____, especificado no **item 1** do Termo de Referência, anexo I do edital de *Pregão Eletrônico* SRP nº ____/2022, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo garantia ou validade



3. **ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)**

3.1. *São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:*

<i>Item nº</i>	<i>Órgãos Participantes</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>

4. **VALIDADE DA ATA**

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, contados a partir de sua publicação, não podendo ser prorrogada.

5. **REVISÃO E CANCELAMENTO**

5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;



- 5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 5.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- 5.8. O cancelamento de registros de preços nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 5.9.1. por razão de interesse público; ou
- 5.9.2. a pedido do fornecedor.

6. CONDIÇÕES GERAIS

- 6.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- 6.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 6.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do Decreto Municipal n. 057, de 2009.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)